

RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.049 - RS (2019/0073099-9)

RECORRENTE : JULIO LUIZ RAMOS
ADVOGADO : FERNANDA GUIMARÃES MARTINS E OUTRO(S) - RS051837
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Júlio Luiz Ramos, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O recurso tem origem no procedimento de execução individual da sentença proferida na ação coletiva proposta pelo Sindicato dos Bancários do Estado da Bahia.

Valor da execução: R\$ 9.801,93 (nove mil, oitocentos e um reais e noventa e três centavos).

A sentença de fls. 148-151 indeferiu a petição inicial e extinguiu a execução, sem resolução do mérito, por entender que o título executivo alcança apenas aqueles substituídos, cujos nomes constaram da relação juntada pelo sindicato com a inicial da ação coletiva. Fixou os honorários advocatícios em 10% do valor da causa, cuja exigibilidade ficou suspensa em razão de o exequente encontrar-se no gozo do benefício da gratuidade.

O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO COLETIVA PROPOSTA POR SINDICATO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO À BASE TERRITORIAL DO ÓRGÃO DE CLASSE.

Em ação coletiva movida por sindicato, ainda que os termos da sentença se estendam a todos os substituídos (filiados ou não), os seus efeitos restringem-se ao âmbito da representação geográfica ou base territorial do órgão de classe (fl. 182).

O Tribunal majorou os honorários advocatícios em 10%, com base no artigo 85, § 11, do CPC/2015.

Nas razões do recurso especial, a exequente alega violação do art. 485, VI, do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que, "em face do próprio interesse coletivo em análise, os efeitos da sentença prolatada em ação coletiva manejada por sindicato estendem-se a todos os integrantes da categoria, independentemente de filiação ou de estarem relacionados na inicial, de forma que cada um deles ostenta legitimidade para propositura individual da execução de sentença" (fl. 193).

A Fazenda Nacional apresentou contrarrazões às fls 269-272,

pelo não conhecimento ou improvimento do recurso especial.

Há recurso extraordinário (fls. 199-207) admitido na origem (fl. 281).

É o relatório. Decido.

Verifica-se que o aresto tem fundamento eminentemente constitucional. Veja-se:

Ocorre que, tratando-se de ação coletiva movida por sindicato, ainda que os termos da sentença se estendam a todos os substituídos (filiados ou não), os seus efeitos restringem-se ao âmbito da representação geográfica ou base territorial do órgão de classe, em virtude dos princípios da territorialidade e da unidade sindical previstos no art. 8º, II, da Constituição Federal. *In verbis*:

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

(...) II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

Assim, a questão não pode ser examinada em recurso especial, por ser da competência do STF.

Ante o exposto, com esteio no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Majoro os honorários advocatícios para 12% (doze por cento) sobre o valor da causa (CPC/2015, art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator